



# ANAIIS DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 101

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 25 DE AGOSTO DE 2008

ANO XXXIII

### Mesa Executiva

<b>NELSON JUSTUS</b> Presidente - Democratas		
<b>ANTONIO ANIBELLI</b> 1º Vice-Presidente - PMDB	<b>AUGUSTINHO ZUCCHI</b> 2º Vice-Presidente - PDT	<b>FELIPE LUCAS</b> 3º Vice-Presidente - PPS
<b>ALEXANDRE CURI</b> 1º Secretário - PMDB	<b>LUCIANA RAFAGNIN</b> 2ª Secretária - PT	<b>LUIZ ACCORSI</b> 3º Secretário - PSDB
<b>CIDA BORGHETTI</b> 4ª Secretária - PP	<b>CHICO NOROESTE</b> 5º Secretário - PR	
<b>ABIB MIGUEL</b> Diretor Geral		

### Lideranças

Líder do Governo .....	Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição .....	Elio Rusch
PMDB .....	Waldyr Pugliesi
PSDB .....	Ademar Traiano
Partido Democratas .....	Plauto Miró
PT .....	Péricles de Mello
PP .....	Duílio Genari
PDT .....	Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN .....	Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV .....	Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR .....	Jocelito Canto

### Representação Partidária

**PMDB** - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Alysson Wandscheer - Douglas Fabrício - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

## SUMÁRIO

### DIÁRIO Nº 101

### 92ª SESSÃO ORDINÁRIA

#### SUMÁRIO

Mesa Executiva ..... 02

Presenças ..... 02

Abertura da Sessão ..... 03

#### Expediente:

Ofícios ..... 03

Indicação ..... 03

Requerimentos ..... 03

#### Pequeno Expediente:

Dep. Péricles de Mello ..... 07

Dep. Tadeu Veneri ..... 08

Dep. Stephanes Júnior ..... 10

Dep. Pastor Edson Praczyk ..... 11

Dep. Elio Rusch ..... 11

Dep. Luiz Claudio Romanelli ..... 14

Dep. Cleiton Kielse ..... 16

#### Grande Expediente:

Dep. Luiz Claudio Romanelli ..... 14

#### Horário das Lideranças:

Liderança do PT

Dep. Tadeu Veneri ..... 08

Liderança do PMDB

Dep. Stephanes Júnior ..... 10

Liderança do DEM

Dep. Elio Rusch ..... 12

Dep. Plauto Miró ..... 17

#### Ordem do Dia:

Leitura do Expediente ..... 17

Discussão/Votação

Redação Final ..... 18

2ª Discussão ..... 18

1ª Discussão ..... 18

Requerimentos ..... 20

Encerramento da Sessão ..... 21

Transcrição ..... 21

#### Publicações:

Diretoria Geral

Portarias DAT ..... 22

### DIÁRIO Nº 101

### 92ª SESSÃO ORDINÁRIA

#### 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

#### 16ª LEGISLATURA

#### ATA DA 92ª SESSÃO ORDINÁRIA

#### REALIZADA EM

25 DE AGOSTO DE 2008

(segunda-feira)

#### Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Antonio Anibelli, secretariado pelo Sr. Deputado Jonas Guimarães e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

#### Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Cida Borghetti, Ademar Traiano, Alysson Wandscheer, Artagão Júnior, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pastor Edson Praczyk, Péricles de Mello, Plauto Miró, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (36).

Ausentes os Srs. Deputados: Luiz Accorsi, Chico Noroeste, Antonio Belinati, Beti Pavin, Caíto Quintana, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Enio Verri, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Mauro Moraes, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo e Teruo Kato (16).

Em licença o Sr. Deputado Edgar Bueno e a Sra. Deputada Rosane Ferreira (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

### **Abertura da Sessão:**

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

### **Expediente:**

### **Ofícios**

Sob o nº CTL/CC 307/08 do Sr. Roberto Requião, Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO o Projeto de Lei nº:

151/08: de autoria do Deputado Dr. Batista que, institui o Dia Estadual do Plantio de Árvores Nativas, a ser comemorado, anualmente, no dia 21 de setembro, o qual convertido em Lei tomou o nº 15923. **Anote-se - Arquite-se.**

Sob o nº CTL/CC 308/08 do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, restituindo a esta Casa o Projeto de Lei nº 828/07. **Ao conhecimento da Casa.**

### **Indicação**

INDICAÇÃO Nº 197/08

SÚMULA:

Propõe realização de readequação da estrada em Santa Maria do Oeste.

Ao Exmo. Sr. Rogério Wallbach Tizzot, Secretário de Estado dos Transportes.

O Deputado Stephanes Júnior dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

1 - A realização de readequação da estrada em Santa Maria do Oeste, que está localizada na estrada Picadão dos Gomes no Povoado do rio da Prata.

2 - A solicitação justifica-se para a melhoria da estrada que atende muitos agricultores do município e para melhor escoamento da safra agrícola.

Sala das Sessões, em 25/08/07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

## **Requerimentos**

REQUERIMENTO Nº 2223

Senhor Presidente:

REQUER ao Plenário, seja aprovada, na forma regimental, a licença do Deputado subscritor, no período de 05/09 a 05/10/08, para fins particulares, por razões de estar concorrendo ao cargo de Prefeito no município de Toledo, nas eleições de outubro próximo.

Sala das Sessões, em 25/08/08.

(a) ELTON WELTER

REQUERIMENTO Nº 2226

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o douto Plenário, licença para tratar de assuntos particulares no período de 08 de setembro a 05 de outubro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 25/08/08.

(a) RENI PEREIRA

REQUERIMENTO Nº 2204

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Gerson Carlos Luciano, ocorrido no último dia 09 no município de Palmas.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 25/08/08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 38 anos de idade, faleceu no último dia 09/08/08, no município de Palmas, o Sr. Gerson Carlos Luciano, que era filho de Antonio Victor Luciano e Dona Ilma Lima Santos. Deixou viúva a Sra. Analice Reis Luciano e seu filho Luiz Felipe Luciano.

Seu passamento veio abrir lacuna difícil de ser preenchida entre seus parentes, amigos e; dentre os quais nos incluímos.

O destino roubou-o ao convívio de seu entes queridos, de seus amigos. Resta-nos um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família e aos parentes.

Sua família, a família que o adorava despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranqüilo, pois saberá honrar seu nome e cultuar sua memória.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Luciano, endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO Nº 2208

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Ana Scheiffer, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 25/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 2209

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Adimir Rodrigo Pereira Batista, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 25/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 2210

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Paulino José de Lima, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 25/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 2211

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Sofia Robert, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 25/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 2212

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Heraclito Vargas, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 25/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 2213

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Zostak, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 25/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 2214

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ivan José Carneiro D'Mico, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 25/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 2215

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Marcio Roberto Stremel, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 25/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 2216

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Sebastiana Ferreira, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 25/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 2217

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Josefa Camargo, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 25/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 2218

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Elvi Bosetti, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 25/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 2219

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER sejam externadas as condolências desta Casa Legislativa à família Brognoli, na cidade de Terra Roxa, pelo falecimento da Sra. Adelaide Basaglia Brognoli, ocorrido no último dia 22 de agosto.

Através desta proposição, pretendemos homenagear todos os administradores que prestaram relevantes serviços em benefício de todo o laborioso povo de Santa Mônica.

Na significativa data em que se comemora o 16º aniversário da emancipação política do município, associamo-nos às manifestações de júbilo das autoridades e da população em geral.

#### REQUERIMENTO Nº 2220

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao Prefeito do município de Mandaguaçu, Dr. José Antônio Gargantini, e ao Presidente da Câmara, Vereador Artur Emilio de Azevedo, em razão da classificação no Prêmio Inovação da Gestão Escolar.

Mandaguaçu está entre os 35 municípios brasileiros classificados para a terceira etapa do Prêmio Inovação em Gestão Educacional 2008, promovido pelo Sistema de Informações, Pesquisas e Estatísticas Educacionais (INEP) do Ministério da Educação. O município é o único do Paraná a passar para a próxima fase.

Mandaguaçu classificou-se entre os nove municípios participantes do Grupo Temático Avaliação e Resultados Educacionais, com a experiência "Concurso Escola Viva - Monitorar para Melhorar".

Sala das Sessões, em 25/08/08.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 2221

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações à atleta Natália Falavigna, pelo bronze conquistado nos Jogos Olímpicos de Pequim.

A maringaense, que reside em Londrina, conquistou neste sábado a primeira medalha para o país na história olímpica do taekwondo. Na categoria acima de 67 Kg, ela superou a sueca e garantiu o bronze nos Jogos Olímpicos de Pequim.

Nascida em Maringá no dia 09/05/84, Natália se interessou por esportes depois de ver Aurélio Miguel conquistar a medalha de ouro nos Jogos de Seul, em 1988.

A atuação da atleta é louvável e merece o reconhecimento desta Casa.

Sala das Sessões, em 25/08/08.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 2222

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja expedido voto de congratulações à

Maria Iraclézia de Araújo, em razão da eleição da nova diretoria Sociedade Rural de Maringá, biênio 2008-2010.

A chapa União, liderada por Maria Iraclézia de Araújo venceu a eleição da diretoria da Sociedade Rural de Maringá para o biênio 2008-2010.

Iraclézia será a primeira mulher a presidir a entidade. A posse da nova diretoria será no início de setembro.

Sala das Sessões, em 25/08/08.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 2225

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de louvor para a Associação Cultural e Esportiva de Maringá - ACEMA, pela organização e pelo sucesso do 1º Encontro das Senhoras Nikkey do Paraná, realizado neste domingo (24/08/08).

Este encontro é realizado todos os anos em diferentes cidades do Paraná, e este ano por ser o Ano do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil, Maringá teve o privilégio de sediá-lo através da indicação de todas as Associações Nikkey do Paraná.

A promoção foi da Aliança Cultural Brasil Japão e Liga Desportiva do Paraná, com a organização sempre eficaz da ACEMA com apoio JICA.

O encontro que reuniu centenas de senhoras Nikkey teve como objetivo um maior intercâmbio cultural e social das senhoras de toda a região.

Sala das Sessões, em 25/08/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### REQUERIMENTO Nº 2206

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transcrição nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o artigo Getúlio Vargas mudou o Brasil, de autoria do jornalista Léo de Almeida Neves, publicado na Gazeta do Povo de domingo, dia 24/08/08. Para que fique gravado para a posteridade.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Dr. Léo de Almeida Neves, bem como ao Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, DD. Diretor-Presidente da Gazeta do Povo.

Sala das Sessões, em 25/08/08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Dr. Léo de Almeida Neves, em seu brilhante artigo Getúlio Vargas mudou o Brasil, esclarece profundamente a quantidade de obras realizadas pelo saudoso e inesquecível Presidente Getúlio Vargas, que verdadeiramente revolucionou o Brasil, sendo o maior estadista brasileiro de todos os tempos.

Através desta proposição, pretendemos homenagear todos os administradores que prestaram relevantes serviços em benefício de todo o laborioso povo de Santa Mônica.

Na significativa data em que se comemora o 16º aniversário da emancipação política do município, associamo-nos às manifestações de júbilo das autoridades e da população em geral.

#### REQUERIMENTO Nº 2220

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao Prefeito do município de Mandaguaçu, Dr. José Antônio Gargantini, e ao Presidente da Câmara, Vereador Artur Emílio de Azevedo, em razão da classificação no Prêmio Inovação da Gestão Escolar.

Mandaguaçu está entre os 35 municípios brasileiros classificados para a terceira etapa do Prêmio Inovação em Gestão Educacional 2008, promovido pelo Sistema de Informações, Pesquisas e Estatísticas Educacionais (INEP) do Ministério da Educação. O município é o único do Paraná a passar para a próxima fase.

Mandaguaçu classificou-se entre os nove municípios participantes do Grupo Temático Avaliação e Resultados Educacionais, com a experiência "Concurso Escola Viva - Monitorar para Melhorar".

Sala das Sessões, em 25/08/08.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 2221

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações à atleta Natália Falavigna, pelo bronze conquistado nos Jogos Olímpicos de Pequim.

A maringaense, que reside em Londrina, conquistou neste sábado a primeira medalha para o país na história olímpica do taekwondo. Na categoria acima de 67 Kg, ela superou a sueca e garantiu o bronze nos Jogos Olímpicos de Pequim.

Nascida em Maringá no dia 09/05/84, Natália se interessou por esportes depois de ver Aurélio Miguel conquistar a medalha de ouro nos Jogos de Seul, em 1988.

A atuação da atleta é louvável e merece o reconhecimento desta Casa.

Sala das Sessões, em 25/08/08.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 2222

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja expedido voto de congratulações à

Maria Iraclézia de Araújo, em razão da eleição da nova diretoria Sociedade Rural de Maringá, biênio 2008-2010.

A chapa União, liderada por Maria Iraclézia de Araújo venceu a eleição da diretoria da Sociedade Rural de Maringá para o biênio 2008-2010.

Iraclézia será a primeira mulher a presidir a entidade. A posse da nova diretoria será no início de setembro.

Sala das Sessões, em 25/08/08.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 2225

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de louvor para a Associação Cultural e Esportiva de Maringá - ACEMA, pela organização e pelo sucesso do 1º Encontro das Senhoras Nikkey do Paraná, realizado neste domingo (24/08/08).

Este encontro é realizado todos os anos em diferentes cidades do Paraná, e este ano por ser o Ano do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil, Maringá teve o privilégio de sediá-lo através da indicação de todas as Associações Nikkey do Paraná.

A promoção foi da Aliança Cultural Brasil Japão e Liga Desportiva do Paraná, com a organização sempre eficaz da ACEMA com apoio JICA.

O encontro que reuniu centenas de senhoras Nikkey teve como objetivo um maior intercâmbio cultural e social das senhoras de toda a região.

Sala das Sessões, em 25/08/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### REQUERIMENTO Nº 2206

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transcrição nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o artigo Getúlio Vargas mudou o Brasil, de autoria do jornalista Léo de Almeida Neves, publicado na Gazeta do Povo de domingo, dia 24/08/08. Para que fique gravado para a posteridade.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Dr. Léo de Almeida Neves, bem como ao Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, DD, Diretor-Presidente da Gazeta do Povo.

Sala das Sessões, em 25/08/08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Dr. Léo de Almeida Neves, em seu brilhante artigo Getúlio Vargas mudou o Brasil, esclarece profundamente a quantidade de obras realizadas pelo saudoso e inesquecível Presidente Getúlio Vargas, que verdadeiramente revolucionou o Brasil, sendo o maior estadista brasileiro de todos os tempos.

## ***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Péricles de Mello.

## ***Deputado Péricles de Mello (PT)***

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Subo às tribuna no início da Sessão de hoje, para anunciar a nossa viagem a Brasília, vai me acompanhar a nossa Deputada Luciana Rafagnin, que é a Deputada que representa o sudoeste e também está aberto a outros Deputados que queiram participar de uma reunião de extrema importância.

Temos muito otimismo para definir aquela grave questão no que diz respeito a regularização dos diplomas do IESDE/VIZIVALE.

A reunião que fui convocado, na condição de Presidente da Comissão de Educação, é uma reunião onde participarão o Sr. Mauricio Requião, ex-Secretário da Educação, a Sra. Yvelise Arco-Verde, atual Secretária da Educação no Paraná, Professor Romeu, Presidente do Conselho Estadual da Educação, a Professora Lygia Pupatto, Secretária de Ciência e Tecnologia, o Conselheiro Mário Pederneira, que é Conselheiro do Conselho Nacional, é um professor paranaense que participa do Conselho Nacional de Educação, o Sr. Carlos Bielchowsky, Secretário de Educação a Distância do MEC, Sr. Celso Costa, Diretor da Universidade Aberta do Brasil, professor Hélio Chaves, Diretor de Regulamentação do MEC e Sra. Maria Paula Dallari, Consultora Jurídica do MEC e Dr. Esmeraldo, assessor jurídico.

Essa reunião vai concretizar uma resolução preliminar exarada pelo MEC que passa o poder de registrar os diplomas para o estado do Paraná, através do Conselho Estadual da Educação e das instituições de ensino superior. Nessa resolução, que já está escrita, o objetivo da reunião é concretizar essa resolução com algumas mudanças, mas que o Ministro assine a resolução, passando definitivamente o poder de solucionar esse grave problema que atinge a 35 mil paranaenses que fizeram o curso para o Conselho Estadual da Educação e as instituições de ensino superior.

Na verdade, o problema que surge nessa reunião é que de acordo com a resolução preliminar o Conselho Estadual da Educação e as universidades, definiram uma complementação para os alunos que concluíram o curso e isso é um problema grave também, porque para que as universidades paranaenses permitam a entrada desses alunos fazendo complementação surge o problema do vestibular porque é uma universidade pública, acho que há uma série de problemas que nós queremos anular.

Tenho uma convicção formada, ao longo desses últimos meses é que a única solução viável é que todos os alunos, independente de terem concluído o pré-requisito do Conselho Estadual da Educação tenham seus diplomas registrados e a única complementação que podemos exigir é uma carga horária prática, porque, se formos exigir uma carga horária em sala de aula vai ser muito difícil porque são 35 mil alunos, é muito complexo o problema. Agora vou sair da Sessão, quero justificar ao Presidente dessa Casa, porque tenho uma audiência com a Secretária Lygia Pupatto, vamos conversar sobre isso, nosso objetivo é trazermos de Brasília uma solução do MEC que exija apenas uma complementação em carga horária prática de aula para os alunos, porque aí é mais fácil.

É com esse objetivo que vamos a Brasília, mas de qualquer forma se conseguirmos que o MEC passe para o estado do Paraná o poder de decisão para esta questão importante, já é uma grande vitória. Nesse momento, poderemos até solicitar a Mesa da Casa que traga de novo o veto do Governador para ser votado. Nós pedimos aqui numa Sessão, muito discutida, que segurasse o veto do Governador, aquele projeto feito por mim, pelo Deputado Caíto, aprovado por esta Casa, mas acho que depois que conseguirmos a resolução do MEC, poderemos inclusive discutir o veto do Governador.

Mas, é que com esse espírito de muito ânimo, de muito otimismo que vamos a Brasília amanhã, esperamos trazer de lá uma solução muito perto de uma definição clara para esse problema grave que atinge os professores, que fizeram curso na VIZIVALE que se encontra numa situação de muita angústia. Muitos deles passaram em concurso público, como não têm diploma registrado estão em risco de perder o concurso. Outros estão inseguros com relação ao concurso da Secretaria do Estado do Paraná, estão preocupados porque a Secretaria não aceita apenas o atestado de conclusão de curso, mas exige os diplomas que eles ainda não têm.

Por todos esses motivos é bom para a Educação no Paraná, são professores que estão lotados em mais de 300 municípios, 35 mil professores repito e milhares de crianças que dependem da presença em sala de aula desses professores que fizeram o curso de boa-fé. Pagaram cerca de R\$ 4 mil, estudaram durante 27 meses.

Não é por causa de um conflito de concepção entre o MEC e a Secretaria do Estado da Educação e o Conselho Estadual e o Conselho Municipal que podemos prejudicar esses cidadãos paranaenses.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

No pequeno Expediente o segundo orador inscrito o Deputado Tadeu Veneri e também já inscrito no horário da Liderança do PT.



## ***Deputado Tadeu Veneri (PT)***

Ô SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, na realidade eu não pretendia usar o horário nem do PT e nem do Pequeno Expediente, no dia de hoje, até porque tenho feito direto, acho que não seria necessário se não tivéssemos tido uma discussão na terça-feira e na quarta-feira, a respeito de um assunto que eu rapidamente quero tocar aqui, que gerou uma dúvida a respeito da forma como foi feita a desocupação da área de Reserva do Iguaçu.

Nós, o Deputado Péricles, já havíamos afirmado aqui que havia ocorrido não por parte da Polícia Militar, reitero isso até para que não haja nenhuma dúvida. Mas, com a Polícia Militar junto havia ocorrido no processo de retirada dos sem-terra da área da Reserva do Iguaçu, que a Deputada Luciana esteve acompanhando na segunda-feira junto com o Prefeito daquela cidade, até a Secretaria de Segurança Pública. Assim que estavam retirando os seus pertences houve a queima do paiol, a queima dos barracos, a queima de diversos pertences dessas pessoas. No dia seguinte, Deputado Plauto, o senhor que acompanhou esse debate na quarta-feira e o Deputado Artagão e o Deputado Stephanes Júnior, talvez até por estarem informados de forma equivocada, o Deputado Artagão afirmou aqui, está nas notas taquigráficas que não foi queimado absolutamente nada, que ninguém perdeu nada, que ninguém queimou nada, que as coisas se deram pacificamente e que nós havíamos tido talvez um comportamento não correto por não termos trazido a informação correta.

Fiquei preocupado com aquela informação, Sr. Presidente, porque temos procurado sempre, tanto a Deputada Luciana que também fez uso da palavra, como eu, procurado trazer para esta Casa as informações reais, do que de fato acontece, obviamente que com a nossa participação nos movimentos sociais, com a nossa militância sempre tende um lado. Quando vi aquilo me preocupou muito e fui buscar as informações reais.

Trago aqui, apresento depois também para os jornalistas, trago para os Srs. Deputados algumas fotografias que nos foram enviadas, na quinta-feira. Fotografias do que de fato aconteceu. Fotografias de barracos sendo queimados, de fogões queimados, de casas que estavam sendo queimados no dia. Os barracos que foram queimados aqui, de mesas queimadas, de outros fogões queimados e aquilo que não sei se posso chamar de sofá, mas que são cadeiras, bancos queimados. Isso não é fantasia. Infelizmente alguém informou os assessores do Deputado Artagão de forma equivocada. Porque o que houve, foi um processo onde as pessoas perderam os seus pertences. Perderam porque queimaram fogões, mesas, queimaram roupas, o paiol de milho, e não podemos ter dúvidas quando essas coisas acontecem.

Esse fato aqui nós não podemos considerá-lo como um fato menor, devemos buscar junto ao Governo do

Estado, junto a Secretaria de Segurança Pública, quando ocorrer desocupações que o Ministério Público tenha alguém acompanhando. É preciso que o Ministério Público, designe uma pessoa para acompanhar, é preciso que as nossas entidades possam acompanhar esse fato. Porque uma das situações que nós não queríamos ter é primeiro a dúvida. A dúvida que foi gerada aqui, Deputada Luciana, com relação a sua afirmação e a minha afirmação é muito ruim. O Deputado Praczyk me perguntou inclusive, no dia se o que nós havíamos afirmado sobre queima de pertences do Movimento dos Sem Terra em Reserva do Iguaçu, de fogões, mesas, cadeiras, milho, se de fato o que é que estava acontecendo. Porque nós havíamos feito uma afirmação aqui, e depois foi quase desmentido para o Paraná todo, que estávamos faltando com a verdade.

Na verdade houve um equívoco, porque eu procurei buscar as fotografias do local. Não estou aqui dizendo como falei aquele dia, que este lado ou aquele lado nesse caso específico estaria mais ou menos correto. Não é isso! O que não dá é para nós termos uma situação real e depois, aqui dentro tentarmos fazer de conta que essa coisa não foi bem assim, foi de outro jeito.

Se acontecerem problemas antes, o Deputado Artagão relatou problemas na ocupação. As pessoas que fizeram isso individualmente devem ser responsabilizadas. O que não pode é quando tem 90 famílias, 30, 40, 50 famílias, todas elas coletivamente serem penalizadas por serem pessoas que tem pouca coisa e acabam numa situação dessas, gerando uma situação de tensão sem precedentes.

De nossa parte, Deputada Luciana, fizemos aquilo que era o papel nosso, fizemos o correto, fomos buscar a informação real, verdadeira. Acho que não é esse o espaço, não tenho nenhuma intenção em dar qualquer tipo de fôlego para uma discussão que me parece bastante controversa. Mas, é preciso não mascarar a realidade. Nós Deputados ou Deputadas, não podemos independente do lado que estivermos vir aqui na tribuna e de forma açodada, fazer o debate que deve ser feito primeiro com um mínimo de urbanidade. Segundo dentro daquilo que é realidade.

## ***Passa a usar o horário da Liderança do PT***

Sr. Presidente, o segundo assunto que me traz à tribuna, é fazer uma referência, até porque diversos Deputados dessa Casa quando da primeira apresentação assinaram, na segunda também, projeto que foi apresentado, a PEC, que foi apresentada aqui que pretendia colocar fim ao nepotismo. E nós na primeira votação, o senhor lembra, nos faltaram quatro votos, não foi possível. Na segunda votação nós não tivemos a votação, porque não tivemos as 18 assinaturas. E o STF numa medida histórica no Brasil edita na quinta-feira a Súmula vinculada de nº 13. Que diz: “a nomeação de cônjuges, companheiro ou parente em linha reta,



colateral ou por afinidade, até o 3º grau, inclusive, da autoridade nomeante ou do servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento para exercício de cargo em comissão ou de confiança ou ainda de função gratificada na Administração Pública Direta e Indireta em qualquer dos poderes da união, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal”.

Acho que se essa súmula não explicita - alguns já afirmam - toda a sua profundidade ou a quem ela atinge na sua profundidade, ela definitivamente afirma o artigo 37 da Constituição Federal, que diz que na admissão para o serviço público é preciso que tenhamos cinco princípios e pelo menos os princípios da impessoalidade e da moralidade estão sendo violados quando da contratação de parentes até o 3º grau. É claro que há uma discussão hoje se pode ou não o Secretário, se for parente, e alguns Deputados, lamentavelmente, dois Deputados Federais e um Senador já começaram a fazer uma articulação quase desesperada para dizer que é preciso que tenhamos quotas.

Quero dizer, vamos ter sistema de quotas dentro das Assembléias, Câmaras, da Câmara Distrital e do Congresso Nacional, o que é um absurdo! Ou cumprimos a Constituição ou não cumprimos a Constituição. Essa história de criar quotas de até um, até dois ou até três parentes pode ou não pode ficar ridículo inclusive, porque é preciso que entendamos que somos contra ou não somos contra! Dizer que podemos ter um parente ou dois ou três acho que é uma medida mais do que atrasada! Os senhores e senhoras sabem qual é a minha posição com relação a isso e nós fazemos o debate aqui! Acho que um debate respeitoso deve ser feito, mas acho que essa é uma posição de um Brasil que já ficou para trás há muito tempo.

Agora, dizer que o fato do Supremo ter editado a Súmula vinculante não foi nada de novo, mas o que o Supremo fez foi apenas e tão-somente, quando provocado, afirmar: a Constituição Federal, no seu artigo 37, proíbe isso e quem a transgredir estará sujeito inclusive à penalidades previstas como de improbidade administrativa, porque estaria contratando fora da legalidade alguém que, às custas do estado, de forma irregular estaria recebendo, com ônus para esse mesmo estado.

Mas, parece-me que ao pacificar esse assunto neste primeiro momento, obviamente que não o esgota, pois teremos inúmeros questionamentos, mas damos um passo à frente. Não sei se é necessário ou não alguns Deputados, inclusive desta Assembléia, se manifestarem no sentido de que talvez tivesse que ser editada uma lei específica ou uma norma específica e não uma mudança na Constituição, porque está no artigo 27 da Constituição Estadual, repetindo aquilo que já diz na Federal. Acho que todos esses debates serão ao longo do tempo e nesses debates que iremos fazer é que vamos, caso a caso, elucidando aquilo que poderá trazer um pouco mais de clareza para esse debate.

Agora, sem dúvida nenhuma, pela primeira vez na história recente deste país - porque esse artigo 37 é da Constituição de 1988 - é a primeira vez que temos uma posição definida pelo Supremo Tribunal Federal e isso é extremamente importante. É claro que há alguma dúvida em alguns casos, mas não tenho dúvidas sobre a questão principal, que manter - contrariamente o que diz o STF - parentes em até 3º grau na Administração Pública, poderá gerar ação de improbidade, isso próprio Presidente do STF tem afirmado, e se provocado essa será a sua posição.

Acho, que nós estamos caminhando no sentido positivo, no sentido de termos uma igualdade maior a todos os que postulam cargo público, isso é bom. E aí, eu só queria nesses dois últimos minutos fazer uma ponderação: algumas vezes eu tenho ouvido que nós não podemos punir a irmã, o irmão, o pai, a mãe, o filho, por serem parentes, marido, ou a esposa, por serem parentes, e não podem ser tratados de forma desigual.

Ora, Deputado Plauto, não há igualdade entre aqueles que são irmãos, primos, mulher, marido, pai, mãe, com Senadores, Deputados, Governador, Presidente, Prefeito, porque não são todos os que podem postular esse cargo que tem a relação de parentesco.

Então, não podemos, sobre hipótese alguma, argumentar que estamos tratando de forma desigual algumas pessoas, porque não há igualdade possível se o Governador, ou Secretário, ou mesmo o Prefeito, o Presidente da República, o Deputado, o Senador, ele tem um número limitado de pessoas que tem grau de parentesco com ele, por isso mesmo não podem ser tratados como se fossem iguais a todos os outros. Ele não é parente de todos, ele é parente apenas de alguns.

Acho que esse é o principal argumento para dizer que, não podemos tratar os desiguais de forma igual, porque se assim o fizéssemos estaríamos mantendo a desigualdade. O que estamos fazendo hoje, e essa súmula é muito clara nesse sentido, é tratar de forma igual todos aqueles que postulem cargo público, ou seja, parente ou não todos terão que se submeter a seu tempo, ao concurso público, que me parece ser a porta de entrada para todos os cargos.

E eu espero que esse debate continue porque, acho que ele é um debate oportuno, é um debate necessário, e que o STF definitivamente ao editar a Súmula nº 13 coloca, pelo menos no meu entendimento, e obviamente que esse entendimento será questionado por diversas pessoas no Brasil todo, mas definitivamente coloca a posição do STF, que me parece oportuno, necessário e muito bem-vindo porque nós deixamos de ter essa confusão de posições e passamos a ter no STF uma posição só, o que é bom para todos nós, é bom para o país e é bom para o serviço público também.

Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Ainda no Pequeno Expediente com a palavra o Deputado Stephanes Júnior.

### ***Deputado Stephanes Júnior (PMDB)***

O SR. STEPHANES JÚNIOR

Sr. Presidente, Deputado Nelson Justus, Deputada Luciana Rafagnin, Deputado Capitão Guimarães, senhoras e senhores.

Vou abordar dois temas principalmente, mas antes eu queria novamente reiterar, que o Supremo Tribunal Federal, na verdade, acabou fazendo uma lei que não é função dele, mas que vem de encontro àquilo que a sociedade quer.

Já que o Congresso, nem as Assembleias, nem as Câmaras tomaram uma atitude no sentido de proibir o nepotismo, ele acabou editando uma súmula e regulamentando isso. Porque na prática o nepotismo sempre fazendo ressalvas que existem parentes competentes, corretos e capazes, mas que de forma geral não é regra que você não contrate um parente em função dessas qualidades, mas em função do relacionamento, ou até da questão salarial. E eu quero parabenizar o Supremo por essa decisão, lógico que o fim do nepotismo foi muito bom. Nós, aqui na Casa, queríamos que aprovassemos uma lei para valer para os próximos Governos, já que não é nada pessoal contra ninguém e contra nenhum Governo, como isso não aconteceu parabéns ao Supremo.

Mas eu vou primeiro abordar o tema que o Deputado Tadeu Veneri do PT, abordou aqui na Casa.

Novamente a situação do MST. Estamos falando de uma ocupação feita na região oeste do Paraná, onde ele diz que objetos pessoais foram queimados, das pessoas do MST. Vou novamente dizer que o MST não ajuda o Brasil, o Paraná e nenhuma pessoa. Ele prejudica as pessoas. Seus líderes usam pessoas que precisam de ajuda, manipulam e invadem áreas. Isso não faz nenhuma reforma agrária.

Além disso fazem cárcere privado das pessoas que se encontram na propriedade, depredam. Nesse caso específico, Tadeu Veneri, havia maquinário. Eles colocaram areia nos motores. Eles venderam os caminhões. Colheram e venderam a plantação. Havia gado premiado. Eles mataram ou venderam.

Ou seja, isso não é atitude de gente correta.

Volto a dizer que o MST é muito ruim e só prejudica o estado do Paraná.

### ***Passa a usar o horário da Liderança do PMDB***

O Sr. Plauto Miró (DEM)

Ouçõ com atenção seu pronunciamento e concordo com V. Exa.

Eu, pessoalmente, na década de 90, junto com outros Deputados, estivemos acompanhando, na região

noroeste do estado, a desocupação de várias propriedades que a Justiça tinha expedido mandado de reintegração de posse. E vimos lá o estrago, o prejuízo que os líderes do MST fizeram naquelas propriedades. Abateram animais, mataram cavalos queimando cercas, destruindo casas. Enfim, danificando tudo. Até parece para tentar fazer com que o proprietário, no momento em que retornasse, ficasse desgostoso com tudo aquilo que via na propriedade dele que foi invadida.

Foi uma Comissão Especial da Assembleia Legislativa, mas de 10 propriedades foram desocupadas. Naquela época a região noroeste era tomada por líderes do MST, que usam as famílias menos informadas e que caem no sonho de um dia poder ter a terra.

Apoio o seu pronunciamento. É exatamente isso que vi e que acontece.

Muito obrigado!

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB)

Essas pessoas humildes que são utilizadas de massa de manobra pelos líderes do MST precisam de emprego, precisam de uma política habitacional, de escola para seus filhos, de saúde, e isso independe de reforma agrária. Digo novamente que o MST prejudica o Paraná e essas pessoas.

Quero abordar e pedir que o Deputado Péricles depois explique a situação do PT Nacional, onde o secretário do Partido é acusado pelo Ministério Público de desviar 700 milhões. É muito dinheiro! É o Sr. Romenio Pereira, irmão de um Deputado do PT.

Antigamente havia os anões do orçamento, que pegavam, desviavam dinheiro através das emendas e pegavam um percentual. Isso aconteceu há 10, 15 anos.

Agora de novo, vem o pessoal do PT, através do seu Secretário Nacional, e desvia 700 milhões. É muito dinheiro!

E a população, nem reage de tanto escândalo que tem. Isso é um absurdo! Têm gravações em que ele pede os 10% ao Prefeito, negocia com o Deputado. Isso tem que acabar! O Brasil não agüenta mais isso!

O Sr. Plauto Miró (DEM) (Aparte)

Deputado, não tive a condição de ler a revista IstoÉ, mas são emendas orçamentárias que recolhem para liberar?

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB)

Pelo que está escrito aqui, esse senhor que é Secretário Nacional do PT verá as emendas que estão propostas no orçamento e negocia com o Prefeito: "Vou te liberar se me der 10% desse valor." Só a parte deles foram 700 milhões. Então, é uma loucura isso daqui!

A IstoÉ de ontem diz assim: "O novo operador do orçamento!" É isso que queremos para o Brasil? Acho que tem que acabar. Essa questão não é ideológica, a questão é que esse tipo de situação não pode acontecer. Com esses 10% a mais quantas casas, quantas creches,

quanta merenda escolar, quanto asfalto deixou de se fazer! E aqui é uma situação específica. Não quero entrar muito no mérito, mas têm gravações, tem o Prefeito Vanderlei Sousa de uma cidade de Minas Gerais, do PT, que negociava 10, 11%, brigava por 1% a mais ou a menos. Isso não pode mais acontecer!

Era isso, senhores.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Esta presidência quer registrar a presença em nossas galerias do Presidente da Sociedade Árabe Brasileira do Paraná, Moutih Ibrahim, e dos senhores Ali e Nilson Arruda, membros da Sociedade Árabe Brasileira, a pedido do Deputado Pastor Edson Praczyk. Com a palavra o Sr. Deputado Edson.

### ***Deputado Pastor Edson Praczyk (PRB)***

O SR. EDSON PRACZYK

Presidente, tendo em vista que o nosso painel não tem o mecanismo de registrar nossa ausência, quero registrá-la verbalmente. Terei que ir ao médico, em função de um derrame na minha vista, e não sei se terei tempo de voltar antes do término da Sessão. Agradeço V. Exa. por fazer o registro do Presidente da Sociedade Árabe Brasileira.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Sua presença é indispensável, mas sabendo do motivo e que é necessária sua ausência, esta presidência lhe concede.

Esta presidência, também, quer agradecer a presença em nossas galerias do Clube da Amizade de Marechal Cândido Rondon, na pessoa da Sra. Tânia, Coordenadora Geral do Clube da Amizade, Clube de Ibiaporã e da Linha Juricaba. Esta presidência agradece a presença ilustre de vocês, a pedido do Deputado Elio Rusch, que registra com satisfação.

Ainda no Pequeno Expediente, o Deputado Elio Rusch.

### ***Deputado Elio Rusch (DEM)***

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente. Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

De uma forma muito especial, quero cumprimentar os nossos amigos de Marechal Cândido Rondon, do pessoal da sede do Clube da Amizade, bem como o Clube de Idosos de Ibiaporã e de Linha Juricaba. Sejam bem-vindos! Sei que os senhores estão fazendo uma visita a nossa capital do estado e incluíram a Assembléia Legislativa no vosso roteiro. É importante a presença dos senhores e das senhoras que ajudaram a construir aquela tela famosa na nossa cidade de Marechal Cândido Rondon, mas acima

de tudo ajudaram a construir o município de Marechal Cândido Rondon e, hoje, na melhor idade, ou seja, a terceira idade, estão efetivamente curtindo e visitando aquilo que existe no nosso estado do Paraná.

O que me traz à tribuna, hoje, Sr. Presidente, é a questão mais uma vez do porto de Paranaguá. O porto de Paranaguá, Deputado Plauto, foi motivo de inúmeros debates e inúmeros pronunciamentos, aqui, na Assembléia, principalmente no descumprimento de algumas ordens e por descumprimento da legislação que regula o funcionamento dos portos do nosso país. Todos sabemos, que o porto de Paranaguá e o de Antonina, como qualquer porto do nosso país, eles não pertencem a nenhum estado e a nenhuma empresa, os portos pertencem a união. E a união é que dá a concessão para que, no caso do Paraná, o estado possa operacionalizar o porto de Paranaguá.

Deputado Valdir Rossoni, Deputado Plauto, entre outros Deputados, Deputado Marcelo Rangel, entre outros Parlamentares, já se manifestaram em relação ao porto de Paranaguá, sobre os problemas que existem, o descumprimento de algumas resoluções, seja da ANTAQ, seja da Marinha, enfim todas as entidades que, de uma forma ou de outra, estão envolvidas na questão portuária do nosso país.

Na semana passada, Srs. Parlamentares, levantei, aqui, na Assembléia Legislativa a questão de uma multa que a APPA, ou seja, o porto de Paranaguá e de Antonina foram autuados por descumprimento de uma resolução da ANTAQ. A ANTAQ deu o prazo, não cumpriram. E a multa foi de R\$ 160 mil. E o que se diz? A multa que o porto de Paranaguá paga, o porto é do estado, então o dinheiro, na verdade, é dos paranaenses.

Agora, hoje fomos surpreendidos com uma outra notícia de que o porto de Paranaguá teria sido autuado em uma nova multa, desta feita, no valor de R\$ 1 milhão e 600 mil. Qual é a origem dessa multa? O processo corre desde 2004 quando o Ministério da Fazenda emitiu um auto de infração contra a APPA e o porto de Paranaguá, a administração, nós entendemos, não conseguiu suprir aquilo que o Ministério da Fazenda estava exigindo da APPA. E no dia 26 de junho, deste ano, Srs. Parlamentares, o Juiz Federal, o Sr. Carlos Felipe Komorowski, autuou a APPA em R\$ 1 milhão e 600 mil. E, segundo informações que temos, a APPA já foi noticiada no dia 21 de agosto, quinta-feira. Agora, a APPA tem o prazo de cinco dias para fazer o pagamento.

Olha, cá para nós R\$ 1 milhão e 600 mil daria para construir algumas casas populares para pessoas que delas necessitam, por baixo, daria para construir, comprar o material, no mínimo, dessas casas pequenas que a COHAPAR constrói, imagino eu, daria para comprar o material para 150 famílias no estado do Paraná. E nós, a sociedade, os senhores que estão aqui presentes, da melhor idade, da minha cidade, Marechal Cândido Rondon, 150 casas, uma multa que nós vamos pagar, os paranaenses vão pagar essa multa. E o que acontece? Qual é a definição?

Quer dizer, primeiro, para ser exato a multa é de R\$ 1.601.880,08. Essa é a multa de 2004. Ela tem que ser corrigida. Isso já faz quatro anos. Então, vamos colocar a correção em cima de R\$ 1 milhão e 601 mil. Corrigindo, com toda certeza ela vai chegar próximo a R\$ 2 milhões essa multa que mais uma vez a APPA deverá arcar.

O que diz nesse auto de citação e nessa multa aplicada:

*1. Cite-se o executado nos termos do artigo 8º da lei nº 6830/80, para no prazo de cinco dias efetuar o pagamento do débito e demais acréscimos legais, devidamente atualizados até a data do efetivo pagamento. Ou garantir a execução por meio de:*

- a) depósito em dinheiro, à ordem deste Juízo;*
- b) oferecimento de fiança bancária;*
- c) nomeação de bens à penhora respeitada a ordem constante no artigo 11 da Lei nº 6830/80;*
- d) indicação de bens à penhora oferecidos por terceiros, desde que aceitos pela exequente;*

*2. Após decorrido o prazo legal e não ocorrendo nenhuma das hipóteses do item 01, expeça-se o necessário para penhora na forma dos artigos 10 e 11 da Lei nº 6830/80, de 22 de setembro.*

*2.1. Caso não se localize o executado, abra-se vista ao exequente para que requeira o que entender cabível no sentido de dar prosseguimento do efeito. (Nesse caso fomos informados que a APPA foi notificada no dia 21).*

*3. Notifique-se ainda, o executado, que este Juízo está estabelecido na rua Comendador Correia Junior, nº 662, em Paranaguá/PR, com horário de funcionamento das 13h às 18h.*

*4. Cópia dessa decisão, acompanhada de cópia da inicial e da CDA servirá de carta de citação.*

*Paranaguá, 26/06/08.*

*(a) CARLOS FELIPE KOMOROWSKI -*

*Juiz Federal Substituto*

Essa é a situação. Aproveito para solicitar a nossa assessoria para que a Bancada da Oposição faça um requerimento pedindo as informações a APPA para que nos digam se essa multa foi paga e também em relação dos R\$ 170 mil.

Mas, Deputado Romanelli, o que realmente nos entristece é ver que a APPA, o porto de Paranaguá seguidamente está sendo autuada pelo Ministério da Fazenda que é um órgão do Governo, por descumprimento de alguns itens. E esse valor é de 2004.

E não é só isso, o calado que já tanto falamos aqui na Assembleia, que é o Canal da Galheta que está prejudicando a navegação. A vinda dos navios de alto-mar para atracar no porto de Paranaguá reduziu e muito, a profundidade e como também a largura que era 300 metros e hoje está em apenas 90 metros. E o calado do porto de Antonina apenas um navio chegou a atracar. Reduzir o calado de 8,10 metros para 7,10 metros.

Para não querer misturar alhos com bugalhos, como se diz na gíria, mas tem que lembrar neste momento.

O nosso Governador Roberto Requião já foi autuado inúmeras vezes pela Justiça - multas pessoais a ele por descumprimento de algumas ações na Justiça.

E hoje os jornais mostram um outro fato, Srs. Deputados, se o Chefe Maior não cumpre as decisões da Justiça e a Justiça aplica multas pessoais na pessoa do Governador Roberto Requião, quem foi multado agora? A Justiça tarda mas não falha, Deputados. Quem foi multado agora? O Presidente do PMDB de Curitiba, Doático Santos. Foi condenado, aliás, foi condenado no passado e agora teve o bloqueio de suas contas - enquanto não paga a dívida que ele tem em relação a um processo de injúria, difamação, calúnia, não sei qual dos processos que ele proferiu contra o ex-Governador Jaime Lerner.

## ***Passa a usar o horário da Liderança do DEM***

Então, quando a pessoa se sente ofendida num momento, fica fácil eu chegar aqui na tribuna, qualquer pessoa na tribuna, fazer as acusações, ir numa emissora de rádio, falar mal da pessoa, falar mal da administração, falar mal do Prefeito, falar do Deputado, falar mal de determinada pessoa, mas a pessoa que se sente ofendida ela vai na Justiça procurar os seus direitos. E foi o que o ex-Governador fez, ele foi na Justiça e o Doático Santos foi condenado. Não pagou a devida indenização, me parece que chega perto a R\$ 100 mil, o que a Justiça fez agora? Bloqueou a sua conta. É isso que acontece no nosso país. Quanto nós vivemos num estado democrático de direito, o que quer dizer isto? Que nenhum homem pode estar acima da lei. Todos nós temos que respeitar a lei. E o direito de um termina quando começa o direito do próximo.

### **O Sr. Plauto Miró (DEM)**

Permite um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Deputado Elio, ouço com atenção e preocupação. Só quero voltar um pouco ao passado - esta questão do porto de Paranaguá é debatido constantemente na Casa. O senhor como Líder neste momento traz à tona, no passado o Deputado Valdir Rossoni, como Líder também trouxe, nós trouxemos, eu vou rapidamente lembrar soja transgênica - o Eduardo Requião, o irmão do Governador do Estado assume o porto de Paranaguá e cria um caos no porto de Paranaguá, não aceitando, entre aspas, a soja transgênica, e a soja deixou de ser exportada pelo Paraná e foi para São Francisco, Santa Catarina, e também para o porto de Santos.

Dragagem do Canal da Galheta - isso é um caos - se fala tanto, sabemos que dia-a-dia está ficando mais crítico o canal, e uma coisa concreta do Superintendente da APPA, do Eduardo Requião, não acontece para solucionar o problema.

Desaparecimento da soja que sumiu de lá, aquela famosa quebra técnica e que até hoje não foi explicado e não sou eu que estou falando - funcionário lá da APPA, de carreira, denunciou que sumiu lá de dentro dos silos do porto de Paranaguá, que é obrigação da Superintendência do porto cuidar, sumiu de lá algumas 1.000 toneladas de soja, e até hoje ninguém sabe onde foi parar.

O terminal de álcool que foi construído com dinheiro público, para que pudesse ali ser armazenado, recebido e transportado para outros estados, também até hoje, depois de construído mais de R\$ 10 milhões, Deputado Elio Rusch, o estado aportou nessa construção e até hoje mais de um ano já se passou e não funciona esse terminal por várias questões técnicas e, naturalmente, de segurança, até hoje não se viu funcionar.

Então, é um verdadeiro desmando. Mas está chegando no final - o Supremo Tribunal Federal decidiu lá o fim do nepotismo, e parece-me que, mesmo dentro daquelas ressalvas existentes, o Eduardo Requião vai ter que deixar a Superintendência do porto de Paranaguá, porque ele é irmão do Governador e com isso, com certeza, esperamos que uma nova pessoa possa assumir a Superintendência e fazer aquilo que os paranaenses querem - um porto sendo administrado com equilíbrio repito, equilíbrio para que tenhamos um porto funcionando e melhorando as divisas do estado do Paraná que todos nós paranaenses ganhamos.

Obrigado, Deputado.

#### O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Só quero fazer uma ressalva: pedir para o Deputado Plauto não se entusiasmar muito porque esta história que ele terá que sair do porto certamente não sairá, deve encontrar um jeito e eu já li em alguns jornais, transformar em Secretaria dos Portos e aonde o Eduardo Requião continuará com os desmandos que lá no porto acontecem. Então, não vamos nos entusiasmar porque não é essa a solução. A solução seria nós termos coragem aqui de recusar, de reprovar a criação da Secretaria para aprovar a criação da Secretaria para abrigar o Superintendente do porto.

#### O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, por que trago à tribuna essas questões do porto de Paranaguá? Porque pela primeira vez quando levantamos esta questão, em 2003, 2004, dizendo que o atual Superintendente do porto de Paranaguá tinha rompido então com uma empresa chamada Bandeirante que fazia a dragagem do canal da Galheta no porto de Paranaguá e acabaram não conservando a finalização do porto de Paranaguá, os navios não conseguiram mais nem entrar e nem sair do canal no porto de Paranaguá por descuido e até por certa incompetência das pessoas que administram o porto de Paranaguá. Tudo isso que nós levantamos agora está se confirmando, Sr. Presidente, através das multas que estão

sendo expedidas, só que o lamentável é que as multas não são pessoais, as multas são do Governo e o Governo somos todos nós!

Levantamos, por inúmeras vezes a questão das invasões de terras, você invade a propriedade, mete fogo, acaba com as máquinas, mata o gado, vende a produção e nada acontece para os invasores, para o MST, nada acontece porque não têm personalidade jurídica. Só para reprisar, de novo, o que aconteceu no oeste do Paraná? Nós precisamos investir na agricultura, fazer com que o agricultor produza cada vez mais e gaste menos através da pesquisa, através da ciência, através de tecnologia.

Mas quando estamos vendo uma Syngenta invadida pela Via Campesina, pelo MST pela terceira vez, que era uma fazenda de pesquisa, 70 hectares de preservação, 53 hectares para pesquisa, o que acontece? Cinqüenta famílias trabalhavam naquele centro, hoje se fosse usar para reforma agrária apenas cinco famílias seriam assentadas e as outras 45 iriam para onde? Então dizer que isso é um movimento social? E tudo isso vai demandar em que, Srs. Deputados? Vai demandar em ações e ações depois de concluídas, julgadas vai acontecer o que? Multas, multas para quem? Para o Governo. O Governo é quem? A sociedade do Paraná.

Isso vai acontecer também com a proibição dos transgênicos, nós não queremos que o agricultor seja obrigado a plantar transgênico, ele quer plantar ele planta, quer plantar convencional, ele planta, quer plantar orgânico ele planta. Não pode o Governo querer obrigar o agricultor a plantar determinada produção, deixa em liberdade para que ele faça o que quer fazer!

Então, tudo isso que está acontecendo hoje na Administração Pública do estado do Paraná reflete em quê? Reflete nas ações na Justiça e alguém já disse que a Justiça é cega, ela interpreta pura e simplesmente a lei. E a lei diz o quê? Ela preserva o direito à propriedade, a lei diz que um contrato feito só pode ser rompido por ambas as partes, não pode ser rompido unilateralmente e é isso que está acontecendo no nosso estado do Paraná.

O motivo principal que me trouxe hoje a esta tribuna é a questão do porto de Paranaguá, lamentavelmente, mas nós vamos saber amanhã se não der tempo hoje nós vamos apresentar o pedido de informações a APPA para que eles nos informem se foi paga esta multa de 1 milhão 602 mil de 2004, que será corrigida ou se ela não foi paga. Se ela não foi paga, se foram oferecidos bens em penhora, ou a própria Justiça está buscando a garantia através da penhora.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Ainda no horário do Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Cleiton Kielse.

(Declina)

Deputado Romanelli, V. Exa. fará uso da palavra no Pequeno Expediente e também tem o tempo no Grande Expediente se V. Exa assim desejar.

## **Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, ouvi, Deputado Plauto, alguns pronunciamentos sobre essa questão do MST. Ouvi V. Exa. falar, ouvi o Deputado Stephanes Júnior, que insiste em manifestar um ponto de vista que contraria a orientação do partido a qual ele integra, e mais até, ele sabe qual é a posição do nosso Governo, em relação ao MST, que é uma relação de respeito e solidariedade ao movimento dos trabalhadores rurais sem-terra. Sem perder de vista é claro a ótica restrita do cumprimento da lei. Mas, o nosso Governo trata o MST, como o MST tem que ser tratado, com respeito, como movimento social e como um movimento que merece e precisa ter uma interlocução permanente do Governo.

O Paraná é um estado produtivo, temos os produtores rurais vivendo um momento inclusive nessa safra boa. Na safra que vem, já há uma grande dúvida. Aliás, era bom que o Deputado Stephanes Júnior, sempre tão ansioso para discutir alguns temas em relação ao Governo Federal, ele que tem uma ligação muito estreita com as políticas agrícolas, podia ficar atento com o custo da produção nesse país. Os preços estão dobrando. Os agricultores e pecuaristas terão prejuízo na próxima safra se persistir os cartéis que estão controlando.

Deputado Plauto, V. Exa. que é um representante autêntico do movimento pluralista, sabe melhor do que eu do que estou falando, mas estou conversando com os agricultores e percebo que há de fato um duplicar, em alguns casos um triplicar de preços. Isso é muito grave se o Governo não agir muito duramente contra esses que estão especulando com os insumos para a produção agrícola e, também da nossa pecuária, certamente vamos ter novamente uma crise grave no ano que vem.

Estamos vivendo num momento agora de uma superprodução. O Paraná que vai voltar a ser o maior produtor de trigo, basta ver o quanto estamos produzindo. Claro, muito menos ainda do que já produzimos nesse estado. Já produzimos mais de 5 milhões de toneladas de trigo. Certamente, vamos nessa safra agora ultrapassar de novo as 30 milhões de toneladas.

Agora é de se notar uma preocupação grande, entendo que essa Casa poderia fazer um convite ao Ministro da Agricultura, que é uma pessoa estimada por todos e por todos tem uma relação de respeito, e trazemos aqui, Deputado Plauto e Deputado Welter, através do bloco agropecuário, as autoridades do Governo Federal e, também os setores representativos da nossa agricultura, para que pudéssemos discutir o custo dos insumos para a próxima safra.

Concedo o aparte ao Deputado Elton Welter.

## **Passa a usar o horário do Grande Expediente (PT)**

O Sr. Elton Welter (Aparte)

Muitos que condenam, sempre que quiseram o estado mínimo, curiosamente mudaram de idéia nessa área de insumos, Deputado Romanelli.

Fizemos Audiência Pública exatamente para discutir quando foi aqui falado dos 15 anos da privatização do setor de adubos do Paraná e, também, o monopólio que existe no setor de fertilizantes, onde apenas duas empresas, a Bunge e a Cargil dominam todo o mercado de fertilizantes.

Agora o Lula, com uma visão, sabia já para surpresa até para muitos neoliberais, aqueles que acham que o estado tem que ser aniquilado, que não deve ter a intervenção do estado na economia, agora concordam - o povo brasileiro, através da PETROBRAS, o Lula determinou esse estudo, em parceria com a Vale do Rio Doce - que haja uma intervenção para que se possa explorar as jazidas de fósforo e potássio no país, para que possamos fazer frente a esse monopólio que existe em relação aos fertilizantes. Tem um dado interessante, que essas empresas que monopolizam, reservaram a lavra da terra onde tem essa reserva de fósforo e potássio. Eles querem dominar e o Congresso Nacional vai ter que legislar para sustar essas lavras que já foram garantidas para esse setor privado ganancioso.

Aqueles que sempre defenderam as privatizações, a venda de setores estratégicos da economia, agora têm que se render a uma coisa que é tão maléfica aos agricultores.

Fico feliz, até que enfim tem um Governo que prima pelas empresas nacionais e quer fazer uma articulação usando o dinheiro público para que consigamos tirar os agricultores dessa crise onde os insumos, hoje, estão num preço absurdo, principalmente no setor de fertilizantes.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Obrigado, Deputado Welter.

Esta Casa promoveu um debate que envolvia os insumos e, é claro que temos que ter alternativas, inclusive a utilização das próprias jazidas de ferro, que é uma solução técnica interessante e viável, justamente para aumentar a questão da produtividade.

Queria nesta tarde abordar um tema. O primeiro deles, ouvi o discurso do Deputado Tadeu Veneri sobre a questão do nepotismo.

É muito interessante que este país possa reservar aos Poderes que são constituídos a sua atribuição constitucional. Ao Judiciário fazer a interpretação da lei, aplicar essa lei e o Congresso Nacional produzir legislativamente, regular o processo legislativo às leis que vão regular a vida deste país.

Infelizmente temos que reconhecer que o Congresso Nacional, há quase dois anos, está atolado na crise da produção legislativa, que é vergonhosa.



O fato é o seguinte: na Câmara dos Deputados temos o Presidente da Câmara que, indiscutivelmente, é alguém que tem visto ser usurpada a função do Congresso de forma sistemática e não faz absolutamente nada. Ao contrário, aplaude!

No Congresso Nacional, durante mais de um ano vivenciamos o episódio do Senador Renan Calheiros. Havia uma discussão se o lobista pagava ou não as despesas da amante e por isso o país ficou paralisado, do ponto de vista da produção legislativa.

O que estamos assistindo agora é o STF, que sempre foi uma corte mais discreta, mas por conta do atual Presidente Gilmar Ferreira Mendes, que foi advogado da união e é doutor de Direito Constitucional na Alemanha, um dos mais brilhantes Juristas da sua geração, ele efetivamente, por conta dele e dos que foram nomeados pelo Presidente Lula, tem uma visão diferente do antigo STF. Uma corte conservadora. Ele mesmo sempre foi que defendeu muito fortemente o controle da constitucionalidade no sentido abstrato pelo STF, do STF fazer esse papel mesmo, discutir os temas e fazer as súmulas vinculantes sobre aquele tema, depois de ter sido amplamente debatido, discutido à luz do texto constitucional.

A interpretação que o STF fez é aquela que já havia sido feita pelo Conselho Nacional de Justiça e já, de forma preliminar, abordada e aprovada pelo próprio STF em relação à questão do nepotismo, só nesse caso vinculando essa decisão de forma a combater o chamado nepotismo cruzado e também nas três funções típicas de estado: o Legislativo, o Judiciário e o Executivo.

É verdade que o STF ainda não terminou de editar a súmula vinculante, porque essa súmula certamente dará as condições e trará ressalvas e exceções, se houver. Nós lemos nos jornais que um dia é uma coisa e no outro dia é outra, mas certamente já houve a decisão principal, o núcleo principal da decisão já foi tomado, com base no artigo 37, com base nos princípios da moralidade, da legalidade e da impessoalidade e traz, de forma bem objetiva, a vedação, a proibição da contratação de parentes nos cargos de confiança nas três esferas de Governo.

Indiscutivelmente, é uma decisão que foi muito debatida, muito discutida e talvez aqui no Paraná mais do que nos outros estados, mas certamente é uma decisão que vem no sentido daquilo que busca a opinião pública. Temos que reconhecer que há um sentimento generalizado da opinião pública das mudanças que temos que fazer, especialmente na nossa estrutura política, inclusive em relação à questão da transparência dos atos e das ações, do que exige uma moderna sociedade civil organizada em relação à postura daquilo que se chama classe política - embora não possa ser considerada como uma classe, porque não é uma casta, até porque há políticos que são ricos, políticos pobres e alguns de classe média, por isso não podemos tratar como classe. Mas, ao mesmo tempo, temos que reconhecer que há avanços que a socie-

dade exige, e a grande discussão qual foi? Entre a lei e a vontade das ruas, qual foi a discussão do STF? Fica-se com a lei. Ora, temos que reconhecer que o STF está ouvindo - como dizia o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso - a voz rouca das ruas. Ou seja, a população quer mudanças na política e nós temos que saber interpretar este momento que estamos vivendo. Por isso que aplaudo decisões que possam, de fato, modificar essa estrutura, mas pensando de uma forma mais ampla.

Esta Assembléia Legislativa não tem faltado e ainda hoje verificava a nossa produção legislativa de 2007 até este início de 2008, e aqui não faltamos com o nosso estado, votamos todas as leis que deveríamos ter votado e temos atuado de forma efetiva naquilo que é importante para o nosso estado. Agora, por outro lado, no Congresso Nacional está lá parada a reforma política e está parada a reforma tributária. Ou seja, que Congresso é esse que não legisla, que não produz? A reforma tributária está pronta, tem várias alternativas, as discussões foram feitas e que diabos que não avança a reforma tributária? Que tipo de interesse estamos vivenciando? Ou seja, será que são os benefícios fiscais que os poderosos não querem que acabem? Será que são as manipulações que se pretende continuar fazendo em relação aos interesses do particular, contrário ao interesse público?

Ora, sinceramente é hora de se fazer uma profunda discussão. Aliás, discussão está se travando no país, porque a Direita está quase que gritando contra o Presidente Lula, porque o Presidente Lula identificou nas reservas petrolíferas uma grande oportunidade do país, de fato, no futuro, vivenciar um momento especialíssimo por conta dessas reservas, e aí o Presidente Lula, estrategicamente, pensa o seguinte: "Olha, essas reservas são do povo brasileiro". Temos que reconhecer que a nossa PETROBRAS, hoje, é uma sociedade de economia mista, mas ao mesmo tempo ela tem a maioria do seu capital, das ações preferenciais, e uma grande parte das suas ações ordinárias na mão de grupos privados, nas bolsas de valores. O que é bom, saudável, tem tido lucro, já é a melhor empresa do país e vai se tornar uma das 20 maiores do mundo. Mas o que é mais interessante? O Presidente Lula pensa em fazer uma modificação estrutural. Qual a modificação estrutural? Fazer justamente, criar uma outra empresa para garantir, de forma objetiva, esse patrimônio do povo brasileiro. E o que vemos? Uma reação enorme da Direita contra o Presidente Lula, quando ele fala em defender os interesses do povo brasileiro.

Por isso que eu entendo que o Congresso Nacional tem que fazer, sim, a sua parte. Entendo que há uma discussão lá de quem será o próximo Presidente do Congresso Nacional, há um acordo entre PMDB e PT. Muito provavelmente, se cumprindo o acordo, o Presidente da Câmara dos Deputados deverá ser o Presidente Nacional do PMDB, o Deputado Michel Temer. E olha, professor de Direito Constitucional, pessoa correta, íntegra, e mais do que tudo,



uma pessoa que não vai se dobrar como esse atual Presidente da Câmara dos Deputados tem se dobrado. E ao mesmo tempo, no Senado, trabalha-se com a candidatura do Senador Tião Viana, que aliás não tem uma postura igual à Senadora Ideli Salvati, não é tão governista, ele tem uma postura um pouco mais independente.

Entendo que neste momento é bom, entendo que aqui, basta ver aqui na Assembléia, temos um Presidente desta Casa, que é o Deputado Nelson Justus, que pertence aos Democratas, ele tem uma postura extremamente magistral nesta Casa, os embates políticos são feitos entre Governo e Oposição, eu representando o Governo, e com a nossa Bancada também dos demais líderes e integrantes da Bancada: e ao mesmo tempo a Oposição fazendo o seu papel, e o Presidente, claro, faz com que a Assembléia possa caminhar.

Agora, é necessário que nós possamos, de fato, fazer com que os Legislativos resgatem o seu papel para poder, de fato, modificar aquilo que a sociedade exige, ouvindo a voz das ruas, e não precisar fazer, ou esperar que as decisões sempre venham através das decisões do Supremo Tribunal Federal, guardião da Constituição, das leis, e neste momento muitas vezes guardião das esperanças das ruas. E eu tenho gostado muito das decisões que têm sido tomadas, outras eu não gosto tanto, mas tenho que respeitar as decisões do Supremo Tribunal Federal, e nós, ao mesmo tempo, temos que fazer aqui a nossa parte, fazendo avançar o nosso estado do Paraná, cumprindo as nossas obrigações e fazendo com que, de fato, possamos superar os obstáculos, ou seja, não fazer com que continue sendo o setor bancário deste país o que mais lucro teve no 1º semestre. Ou seja, é muito bom ser banqueiro, porque é o que mais ganhou dinheiro neste país, continuam ganhando dinheiro, cai a inflação, mas os banqueiros continuam numa boa, estão cada vez mais ricos, poderosos, influenciando na política, na sociedade, e nós efetivamente acabamos, de uma forma bem objetiva, fazendo o setor produtivo pagar essa conta, e uma conta que nós todos não suportamos mais.

Era isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Obrigado a V. Exa.

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra Deputado Cleiton Kielse.

**Deputado Cleiton Kielse (PMDB)**

O SR. CLEITON KIELSE

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna com muita alegria, apesar de, na semana passada não termos tido a oportunidade, no dia 22 deste mês, da comemoração junto a colônia árabe, mas principalmente, da instalação já de 60 anos da Sociedade Árabe-Brasileira no Paraná.

A Sociedade Árabe é muito respeitada por ter 22 países árabes envolvidos neste conjunto de ações, onde temos a participação nas áreas comercial, cultural, infra-estrutura e econômica.

E hoje, aqui bem representada, pelo Presidente Moutih Ibrahim, juntamente com seus Diretores Ale Hauad e Nilson Arruda, onde queremos, a este corpo diretivo, já no próximo mês, trazer aqui os líderes árabes de Curitiba e do estado do Paraná.

Sabemos que o plano econômico que enfrentamos nesses últimos 100 anos em nosso país, teve muita participação da colônia árabe. Grandes shoppings, investimentos na rua XV, abrindo fronteiras, abrindo parcerias na exportação e importação dos produtos paranaenses, trazendo empresas da Arábia, investimentos de Dubai que estão sendo feitos aqui em nosso estado, parceria entre os portos árabes e o porto de Paranaguá. Muitos desses investimentos chegando à casa de mais de US\$ 100 milhões, podendo, não só influenciar a economia, mas empregar milhares de paranaenses, mesmo sem descendência árabe.

Os árabes, hoje, são primordiais em nosso país. Mas a miscigenação aqui em nosso estado é muito forte. Com certeza, tirando São Paulo, o segundo estado mais forte na colônia árabe é o estado do Paraná.

A nossa região de Foz do Iguaçu, muito bem representada por vários Deputados, tem quase 15% de descendentes árabes que moram na região. É muita gente!

O comércio extremamente forte, tendo a competência econômica demonstrada em todos os momentos, e que não poderíamos de deixar de trazer um conjunto de ações que devemos, pelo Governo do Estado, continuar e buscar cada vez mais fortalecer esta colônia de grandes amigos que, quando dizem que são amigos, chegam a brigar pela gente. Homens que foram criados na cepa da verdade, na cepa de uma luta de países que lutam pela própria sobrevivência, mas que aqui no nosso estado foram acolhidos como amigos.

Por isso, quero parabenizar a todos os nossos descendentes de árabes que estão nos ouvindo neste momento. Agradecer o nosso Presidente Moutih Ibrahim pela sua presença que é muito importante aqui e que a colônia árabe é muito respeitada e gostamos muito.

Vamos marcar a data para homenagear esses nossos irmãos árabes, demonstrando amizade do Governo do Estado, da Assembléia Legislativa, que hoje são filhos adotivos do Paraná e que aqui investiram a sua vida, sua cultura, sua amizade, a sua família, criaram os seus filhos e, hoje, fazem com que a colônia árabe seja uma das que mais investem no progresso do nosso estado.

Um grande abraço a vocês!

**Horário das Lideranças:**

O SR. PRESIDENTE (**Stephanes Júnior**)

Encerrados o Pequeno e Grande Expedientes, passamos ao Horário das Lideranças Partidárias. Primeiramente, o Bloco PTB/PR, Bloco PSB/PRB/PV.

(**Declinam**)

Democratas. Com a palavra o Deputado Plauto Miró Guimarães, de Ponta Grossa e toda região.

## ***Liderança do DEM: Deputado Plauto Miró***

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Depois de um longo debate sobre o MST, discutindo a questão do porto de Paranaguá e acabamos passando pelo debate dos fertilizantes, quando vimos um dos Parlamentares desta Casa falar sobre a questão da privatização da Ultrafertil, empresa instalada em Araucária, e que no passado, nas mãos do Governo, nas mãos da PETROBRAS, produzia os fertilizantes nitrogenados. Essa indústria, na década de 90, no começo dos anos 90, foi privatizada. Naturalmente, numa concorrência pública, a iniciativa privada adquiriu e vimos voltar à tona toda essa discussão.

Agora, depois de vermos o aumento dos alimentos no planeta Terra como um todo, em que a preocupação da população, dos governantes veio à tona, quero dizer e deixar bem claro: estamos vendo o aumento do consumo dos fertilizantes no mundo. A China está entre os maiores consumidores de fertilizantes. Quero deixar registrado os dados que fui pesquisar: a China consome 40% dos fertilizantes produzidos no planeta; a Índia, em torno de 30%; os Estados Unidos, 20% dos fertilizantes e o Brasil está na casa de 6%. Então, vemos que o nosso país é um dos maiores produtores de grãos do planeta, mas consome pouco fertilizante comparado à China, à Índia e também aos Estados Unidos.

A elevação do preço dos alimentos veio acompanhada com o aumento do preço dos fertilizantes, do custo de produção dos alimentos, em especial da soja, do milho, do arroz e do feijão. Para vocês terem uma idéia, o custo de produção do ano passado para este ano, para essa nova safra que vamos plantar, teve um acréscimo de 70%, e para deixar registrado, quando vimos o Deputado Elton Welter, ligado ao segmento agrícola, ele dizia e questionava a privatização da Ultrafertil. Olha, podemos dizer que certas coisas estratégicas, certos segmentos, certas áreas têm, sim, é que ficar na mão do Governo e os fertilizantes são uma questão estratégica, uma questão que relaciona alimentos à produção agrícola. O Governo, o Poder Executivo, o Poder Público, tem que ter o seu braço estendido para a produção de fertilizantes. Só deixar claro, Srs. Deputados: a Ultrafertil, que foi aqui discutida, produzia só os fertilizantes nitrogenados. Ela não produzia o fósforo e o potássio e temos dentro do Brasil uma baixa produção de potássio e de fósforo, que faz parte da fórmula do adubo, dos fertilizantes. Naturalmente, temos sim é que ver, neste momento, que o mundo aumenta suas tarifas quando seu fertilizante vai ser exportado.

Estamos vendo a China sobretaxar a exportação de fertilizantes. Eles não querem vender para terceiros, querem ter no seu país esse fertilizante para que eles possam ter um custo de produção menor. E aqui no Brasil, nos resta a ver o Governo Federal aplicar recur-

sos nessas jazidas, nessas minas, existentes no nosso país para que possa, o Governo, produzir o potássio e o fósforo. As minas existem, não existem, sim, é a iniciativa privada explorando com veemência e de uma forma tal que possamos ter os fertilizantes oferecidos aos agricultores de uma forma tal que o preço fique em patamares que possamos ter resultados na produção e ao mesmo tempo uma comida mais barata para todos os brasileiros. Sugestão: já vimos, dias atrás, o Governo Federal sinalizar que iria investir na produção de fertilizantes. É vermos a PETROBRAS voltando a produzir os fertilizantes nitrogenados.

Deputado Zucchi, deixar claro, lá na Bahia a PETROBRAS produz os fertilizantes nitrogenados em uma quantidade pequena, mas produz. E também esperamos ver o Governo entrando na área para produzir o fósforo e também o potássio no nosso país para que tenhamos um custo de produção menor e, naturalmente, uma comida mais barata para todos os brasileiros.

Esperamos ver, a curto prazo de tempo, essa ação concreta do Governo Federal para que possamos ter a agricultura, os agricultores melhor remunerados e a população comprando alimentos mais baratos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Obrigado, V. Exa.

PP; PSDB; PDT; Bloco PPS/PMN; Liderança da Oposição; Liderança do Governo.

(Declinam)

## ***Ordem do Dia:***

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

## ***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, Indicação nº 197/08, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, a realização de readequação da estrada em Santa Maria do Oeste. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Requerimento nº 2223, de autoria do Deputado Elton Welter, constante do expediente, solicitando que seja concedido licença para tratar de assuntos particulares, no período de 05/09 a 05/10/08. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2226, de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente, solicitando licença para tratar de assuntos particulares, no período de 08/09 a 05/10/08. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

## Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### Redação Final

#### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 303/08, de autoria do Deputado Enio Verri, que declara de utilidade pública a Associação Maringaense de Vôlei de Praia, com sede e foro no município de Maringá. **Aprovada.** (Publ. no DA nº 081/08, de 08/07/08, em Projetos de Lei).

#### ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 318/08, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que declara de utilidade pública a Associação dos Moradores do Jardim Santa Luzia, com sede e foro no município Campo Largo. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 318/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual, a Associação dos Moradores de Jardim Santa Luiza - AMOSL, com sede e foro no município de Campo Largo.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 20/08/08.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente  
TERUO KATO - Relator

### 2ª Discussão

#### ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 224/08, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, que declara de utilidade pública estadual a Associação Mãos Estendidas - AME. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 307/08, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, que declara de utilidade pública a RFCC. - Rede Feminina de Combate ao Câncer, de União da Vitória. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

## 1ª Discussão

#### ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 335/08, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e a Infância de Bom Sucesso do Sul, com sede e foro no município de Bom Sucesso do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 090/08, de 06/08/08, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 335/08

P A R E C E R :

#### Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nereu Moura, declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e a Infância de Bom Sucesso do Sul, com sede e foro no município de Bom Sucesso do Sul, estado do Paraná.

#### Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Porém, a sigla APMI, também compõe a denominação da Associação que se pretende declarar de utilidade pública, consoante o respectivo Estatuto Social, bem como, possui sede no município de Bom Sucesso do Sul e foro no município de Pato Branco, estado do Paraná. Desta forma, a fim de adequar os dispositivos do presente projeto ao previsto no Estatuto Social da referida associação, sugere-se a emenda substitutiva geral em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 2º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

#### Conclusão

Assim, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva em anexo.

Sala das Comissões, em 19/08/08.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA SUBSTITUTIVA AO  
PROJETO DE LEI Nº 335/07

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 2º do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda substitutiva, para contar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e a Infância de Bom

Sucesso do Sul - APMI, com sede no município de Bom Sucesso do Sul e foro no município de Pato Branco.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 19/08/08.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

#### ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 340/08, de autoria do Deputado Dr. Batista, que declara de utilidade pública o Projeto Renascer, com sede e foro no município de Apucarana. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 090/08, de 06/08/08, em Projetos de Lei).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 340/08

#### P A R E C E R :

##### Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Dr. Batista, declara de utilidade pública o Projeto Renascer, com sede e foro no município de Apucarana.

##### Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

##### Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 19/08/08.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

#### ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 012/08, de autoria do Deputado Caíto Quintana que cria a Frente Parlamentar em Defesa dos Royalties de Petróleo e Impostos sobre Energia do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 074/08, de 25/06/08, em Projetos de Resolução).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 012/08

#### P A R E C E R :

##### Preâmbulo

O projeto apresentado pelo Deputado Caíto Quintana propõe a criação da Frente Parlamentar em Defesa dos Royalties de Petróleo e Impostos sobre Energia do Estado.

Segundo justificativas do autor do projeto de lei: a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal criou no dia 15 de abril deste ano. Uma subcomissão

*para realizar um estudo sobre repartição dos Royalties provenientes da atividade de exploração petrolífera. Caso haja uma revisão da distribuição dos Royalties, sem a devida demarcação do território marítimo de maneira a respeitar a soberania paranaense. Fazendo com que, de acordo com a Comissão de Limites da Plataforma Continental da ONU quanto a Zona Econômica Exclusiva - ZEE, as linhas retas cruzem as 350 milhas, o estado do Paraná poderá ser penalizado, perdendo para os estados de Santa Catarina e São Paulo, grandes quantias desta compensação. São diversos os projetos de lei, que tramitam nas Casas Legislativas de alguns estados que tratam deste tema, sendo que, sem exceção, todos reivindicam critérios de redução de território marítimo pertencente ao Paraná.*

Assim que o presente projeto de lei busca discutir o direito dos Royalties que hoje cabem ao estado do Paraná, iniciando-se pela demarcação do IBGE das plataformas marítimas e também, com o objetivo de revisar os critérios de cobrança de ICMS sobre a geração de energia, para que o mesmo seja cobrado na origem, obtendo ter assim, as compensações financeiras que exigem, por direito, uma Frente Parlamentar em Defesa dos Royalties de Petróleo e Impostos sobre energia do estado do Paraná.

Quanto a importância do projeto dispensa maiores comentários sendo de todo evidente a necessidade da sua iniciativa por membro desta casa de leis. Sob essa ótica resta saber se o projeto de lei proposto pelo nobre Deputado Caíto Quintana atende aos pressupostos da constitucionalidade das leis, sua legalidade bem como os da Lei Federal nº 095/98 que estabelece o regramento da boa técnica legislativa.

##### Fundamentação

A matéria concernente a bens derivados de recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva, o mar territorial, os recursos minerais, inclusive os do subsolo foi recepcionada pela Constituição Federal que assegura nos termos da lei, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, bem como aos órgãos da Administração Direta da união participação no resultado da exploração de petróleo, *literis*:

Art. 20. São bens da união:

V - os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva;

VI - o mar territorial;

VII - os terrenos de marinha e seus acrescidos;

IX - os recursos minerais, inclusive os do subsolo;

§ 1º - É assegurada, nos termos da lei, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, bem como a órgãos da Administração Direta da união, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração. (grifei).

Segundo dicção do artigo 23 da Constituição Federal, *literis*:

*Art. 23. É competência comum da união, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios:*

*XI - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios.*

A matéria está contemplada pelo legislador constitucional e definida como competência comum da união, estados e Distrito Federal. Tanto o Legislador Constitucional Federal quanto o Estadual e a Alta Corte do Judiciário digeriu a matéria esclarecendo que as matérias sujeitas ao domínio da legislação comum podem ser objetos de regulamentação legislativa pelos entes enumerados e nesta esteira a Constituição Estadual regulamentou a competência constitucional supletiva da Assembléia Legislativa, no caso concreto, no artigo 73, *literis*:

*Art. 73. As resoluções e decretos legislativos far-se-ão na forma do Regimento Interno.*

A mesma Constituição do estado, em seu artigo 65, confere a Assembléia Legislativa, entre outras entidades, a iniciativa das leis complementares e ordinárias, *literis*:

*Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.*

Em assentada Jurisprudência da Suprema Corte deste país - Supremo Tribunal Federal - STF, já se decidiu sobre matéria correlata assim prelecionada:

*Transporte coletivo intermunicipal. Exigência de adaptação dos veículos. Matéria sujeita ao domínio da legislação concorrente. Possibilidade de o Estado-Membro exercer competência legislativa plena. Medida cautelar deferida por despacho. Referendo recusado pelo Plenário." (STF-ADI 903-MC - Rel. Min. Celso de Mello - DJU 24/10/97). Referência Legislativa CF: Art. 24, XIV, DTZ1110042". (grifamos).*

Dessarte que os artigos aplicados ao caso derivam da mesma fonte de constitucionalidade, a CE, e do mesmo capítulo do texto constitucional que trata da elaboração das leis que por sua vez faz parte do Título III - Da Organização dos Poderes, Capítulo I - Do Poder Legislativo, Seção I - Da Assembléia Legislativa, que em seu artigo 54 assim preleciona, *literis*:

*Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do estado, especificamente:*

*XIII - bens do domínio público;*

*XVI - matéria decorrente da competência comum prevista no artigo 23 da Constituição Federal;*

*XVII - matéria da legislação concorrente da Constituição Federal;*

**Da Legitimidade e Legalidade**

A par disso o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná cumprindo a determinação da norma constitucional prevista no artigo 73 da CE, previu as hipóteses de cabimento de projetos de resolução, *literis*:

*Dos Projetos*

*Art. 121. A Assembléia exerce a sua função Legislativa por via de projetos de lei, de resoluções ou de decretos legislativos. (grifei)*

*§ 2º Os projetos de resolução destinam-se a regular as matérias de caráter político, administrativo e processual, sobre os quais deva a Assembléia pronunciar-se, (...): (grifei).*

Não obstante a matéria albergada no presente projeto de lei não esteja taxativamente elencada nas hipóteses previstas no artigo citado do Regimento Interno, a criação de uma frente Parlamentar é matéria de caráter político e administrativo que pode, pela importância do assunto e sua abrangência ser gerida pelo Legislativo em regime *interna corporis*, sendo a Resolução Legislativa instrumento hábil para cuidar de assuntos dessa natureza, não existindo nenhuma vedação para tanto, máxime não gerando nenhuma despesa extraordinária.

Assim fortalecidos neste entendimento cumpre interpretar a Constituição Estadual - CE, que pode diferir à regra da hermenêutica Constitucional Federal, pois se assim fosse, constitucional não seria.

**No Mérito**

Por este vértice podemos aplicar no caso vertente a mesma regra sem ferir critérios de interpretação Constitucional.

O projeto do nobre Deputado Caíto Quintana propõe a criação de uma frente Parlamentar para defender interesses estaduais e nesta esteira tem respaldo legal no princípio contido na competência comum que por sua vez estende-se ao legislativo por força do artigo 65.

Considerando-se, portanto que a Constituição Estadual, neste caso, por exclusão não criou vedação ao Legislativo Estadual, ao mesmo tempo em que a Constituição Federal atribuiu competência concorrente ao Estado-Membro, a Assembléia Legislativa por seus Pares valendo-se dessa prerrogativa pode e deve legislar matéria desta natureza.

**Conclusão**

Diante da constitucionalidade aferida do presente projeto, somos de parecer pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 19/08/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

**Em discussão. Em votação.**

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (**Para Encaminhar**)

Primeiro gostaria de parabenizar o Deputado Caíto Quintana, parabéns pelo projeto. Também estou fazendo um estudo, através do gabinete, para apresentar alguns projetos aqui na Assembléia Legislativa e alguns projetos que estaremos encaminhando também para os Deputados

do PPS em Brasília. E eu gostaria de me colocar à disposição para estar também, como representante da Comissão de Obras e Transportes, da qual sou Presidente, estar participando dessa Frente Parlamentar.

Então, parabeno o Deputado Caíto Quintana e estaremos juntos nessa Frente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está em votação. Deputados favoráveis permaneçam como estão. **Aprovado** o projeto.

### **Requerimentos**

Sobre a mesa, Requerimento nº 2195, de autoria dos Deputados Luiz Eduardo Cheida e Tadeu Veneri, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado**.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Entendo que o requerimento na verdade, tem uma formulação complexa, mas ao mesmo tempo ele aborda um tema que também deve ser objeto de esclarecimento, embora baseado numa notícia de jornal, mas em homenagem, aos Deputados Luiz Eduardo Cheida e Tadeu Veneri, que integram a nossa Bancada, encaminhamos pela aprovação do requerimento e o Presidente da COPEL certamente fará a resposta bem objetiva para que posamos entender isso e, naturalmente, são temas distintos que estamos tratando. Mas encaminhamos favoravelmente à aprovação do presente requerimento.

O SR. TADEU VENERI (PT) (**Para Encaminhar**)

Apenas para registrarmos que há uma discussão hoje sobre Mauá - e é isso que o Deputado Cheida aqui, hoje, inclusive conversamos, tem a intenção de fazer a solicitação desse pedido de informações - há um questionamento sobre Mauá, sobre as demais PCHs, no caso dessas PCHS térmicas, sobre o valor que está sendo gasto em uma e outra. É uma preocupação que temos, Sr. Presidente, o senhor é da região sudoeste e já esteve por diversas vezes em contato com pessoas que perderam parte de suas terras por conta das barragens que foram feitas na sua região, região oeste, caso de Caxias, Foz do Areia, e diversas usinas, o nosso problema, hoje, Sr. Presidente, ali na região onde vai sair a usina de Mauá, estivemos lá no domingo, é que há 252 famílias que até agora não têm a menor noção de qual o projeto, o programa, a proposta que a COPEL vai lhes fazer para que sejam removidas.

Então, acho que vamos fazer esse debate aqui, provavelmente o Dr. Ghilardi vai responder, a COPEL vai responder, porque além de sabermos sobre os valores que estão sendo gastos com as Pequenas Centrais Hidrelétricas, no caso das PCHs, também há uma preocupação em sabermos o que será feito com aquelas pessoas que estão hoje à margem do rio Tibagi e que, caso a usina seja concretizada, perderão suas terras e não sabem para onde irão.

Obrigado, Sr. Presidente. Por isso o pedido de informações.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Em votação. Deputados favoráveis permaneçam como estão. **Aprovados**.

Requerimentos nºs 2203 a 2205, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2206, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado**. (**A matéria acha-se publicada no final desta ata**).

Requerimentos nºs 2208 a 2218, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2219, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2220 a 2222, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados**. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2224 e 2225, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. **Aprovados**. À Diretoria Legislativa.

### **Encerramento da Sessão:**

Nada havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 26, à hora regimental, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 224/08.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 307/08.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 335 e 340/08 e do Projeto de Resolução nº 012/08.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 259/08.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 010, 022 e 051/07.

Levanta-se a Sessão.

### **Transcrição:**

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO Nº 2206, DO SR. DEPUTADO ANTONIO ANIBELLI, EM SESSÃO DO DIA 25 DE AGOSTO DE 2008.

## Getúlio Vargas mudou o Brasil

Gazeta do Povo - Léo de Almeida Neves

Para fundar a Companhia Vale do Rio Doce em 01/06/42, Getúlio desapropriou a Itabira Iron, que nada explorava e estava sentada, à espera de valorização, em fabulosas jazidas de minérios de ferro em Minas Gerais.

Basta lembrar que a PETROBRAS, a Vale, o BNDES e a Siderúrgica de Volta Redonda foram criados por Getúlio Vargas para apontá-lo como o estadista que transformou o Brasil agrário, atrasado, da monocultura do café, no país industrializado que se projeta para constituir-se em superpotência mundial.

Cinquenta e quatro anos depois, ainda ressoa nos ouvidos de milhões de compatriotas espalhados pelo imenso território nacional o estampido do tiro com que Vargas esfaqueou o próprio coração, que tanto amou nossa gente, na trágica manhã de 24 de agosto de 1954.

Na sua carta testamento, ele sublima que “quis criar a potencialização de nossas riquezas através da PETROBRAS e mal começa esta a funcionar a onde de agitação se avoluma”. A Lei nº 2004, de 03/10/53, da qual nasceu a PETROBRAS, sob a égide do monopólio estatal, culminou etapa iniciada com o Decreto nº 24642 de 10/07/34, que editou o Código de Minas, passando ao domínio da união das riquezas minerais do subsolo, que até então pertencia aos donos da terra, que podiam vendê-lo a empresas daqui ou estrangeiras. Surgiu o Conselho Nacional do Petróleo, em 11/04/38, cabendo a este perfurar com sucesso o primeiro poço produtor no estado da Bahia.

Hoje, com a descoberta de petróleo na camada do pré-sal pode-se estimar em 90 bilhões de barris as reservas de petróleo do Brasil, valendo US\$ 9 trilhões considerando-se cotação de US\$ 100 o barril. Em recente evento patrocinado pela Fundação Getúlio Vargas em São Paulo, o ex-Diretor da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Newton Monteiro avaliou nossas riquezas de “ouro negro” em 339 bilhões de barris, que seriam a maior do mundo, superior às da Arábia Saudita. Inexoravelmente, entraremos no seleto clube das principais exportadoras planetárias de petróleo e, sabidamente, a PETROBRAS optou por privilegiar a venda ao exterior de produtos industriais refinados de valor agregado. Os investimentos serão de US\$ 43 bilhões em ampliação das 11 atuais e na construção de novas refinarias no Rio de Janeiro, Pernambuco, Ceará e Maranhão, aqui uma gigante de 600 mil barris/diários. Até 2012, a PETROBRAS investirá a espantosa soma de US\$ 112,4 bilhões.

Para fundar a Companhia Vale do Rio Doce em 01/06/42, Getúlio desapropriou a Itabira Iron, que nada explorava e estaria sentada, à espera de valorização, em fabulosas jazidas de minérios de ferro em Minas Gerais. A Vale construiu moderna logística de produção e transporte ferroviário da mina ao porto, e se tornou desde quando estatal a máxima exportadora de ferro do universo.

Vargas fincou a indústria de base no país, com a Usina Siderúrgica de Volta Redonda utilizando financia-

mentos e maquinários dos Estados Unidos da América do Norte, obtidos mediante astúcia política, cedendo áreas militares no nordeste e enviando Força Expedicionária Brasileira (FEB) para lutar na Itália a favor dos aliados na Segunda Guerra Mundial. O BNDES em 2008 está investindo R\$ 80 bilhões em empréstimos, mais que o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) ou o Banco Mundial, e operando com módicas taxas de juros de longo prazo (TJLP) de 6,75% ao ano.

Relembrar os feitos de Vargas é trazer as luzes do passado para iluminar o futuro de glória que o Brasil e o povo brasileiro viverão.

Léo de Almeida Neves é membro da Academia Paranaense de Letras, ex-Deputado Federal e ex-Diretor do Banco do Brasil.

## Publicações:

### Diretoria Geral

#### Portaria DAT

PORTARIA Nº 205/08 - DAT

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecido no artigo 17 da Lei nº 15750 de 27/12/07,

#### R E S O L V E :

ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 15750 de 27/12/07 nas rubricas abaixo:

#### REDUÇÃO DA DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
4490 5100	2000	100	21.000.000,00

#### ACRÉSCIMO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
3190 1100	2000	100	17.150.000,00
3190 1300	2000	100	2.000.000,00
3390 3004	2000	100	300.000,00
3390 3007	2000	100	50.000,00
3390 3700	2000	100	1.500.000,00
			21.000.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, 18/08/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Visto:

Deputado Alexandre Curi - 1º Secretário